

POLÍTICAS CULTURAIS AFIRMATIVAS: ESTRATÉGIAS PARA VISIBILIDADE NEGRA E JUVENIL

Bruna Pegna Hercog¹

Geise Mari Santos Oliveira²

George Bispo de Jesus³

Resumo: O artigo objetiva lançar um olhar teórico sobre o processo de estigmatização social, ativismo cultural e resistência através das políticas públicas de cultura voltadas para populações negras. Nesse sentido, são analisados os estigmas que circundam jovens moradores das periferias brasileiras, a subjetividade que promove a mudança e sugere-se o Fórum de Performance Negra como espaço possível para a permanência do debate sobre visibilidade negra. A percepção do estigma enquanto sombra reflete a existência de motivos que rondam jovens, sobretudo os negros, a serem vítimas da exclusão social e do racismo institucional. Mas, ainda que exista a sombra, os jovens se organizam e criam estratégias de resistência e (re)existência que perpassam um reconhecimento de suas memórias e histórias, o que está diretamente relacionado a dimensão étnico-racial e a ancestralidade. O Fórum de Performance Negra então aparece como uma “luz no fim do túnel” para denunciar a omissão histórica do Estado brasileiro com a arte negra, bem como para apontar que a participação de jovens negros em grupos culturais de teatro, dança, entre outros é uma forma de a negritude – inscrita no corpo e na pele – se converter em uma inscrição performática e ecoar outras narrativas.

Palavras-chave: estigma, juventudes, ativismo, políticas culturais.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo lançar um olhar teórico sobre o processo de estigmatização de jovens moradores dos bairros de periferias⁴ dos grandes centros

¹ Bruna Pegna Hercog é mestra e doutoranda do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia (Poscult/UFBA). É bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: bhercog@gmail.com.

² Geise Mari Santos Oliveira é mestra e doutoranda do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia (Poscult/UFBA). É bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: geiseoliveira@gmail.com.

³ George Bispo de Jesus é mestrando do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia (Poscult/UFBA). E-mail: georgebispo85@gmail.com.

⁴ Recorremos à perspectiva de Milton Santos (2000) para o qual para o qual periferia, subúrbio e favela são palavras que identificam habitações precárias, caracterizadas pela pobreza, afastadas ou incrustadas nos centros das grandes cidades.

urbanos do Brasil e suas estratégias de resistência e (re)existência a um processo violento de apagamento de suas histórias, afetos, corpos, subjetividades e narrativas. Jovens que não são invisíveis. São vistos pelo estigma que constituem suas existências em sociedade e, com o apagamento de suas memórias, limitam suas possibilidades de presente e futuro.

Na primeira parte, vamos nos debruçar sobre o processo de estigmatização das juventudes pobres. Em seguida, iremos refletir sobre as estratégias de rompimento com essa visibilidade pelo estigma que impossibilita a visibilidade de potência das juventudes. Para isso, vamos problematizar: o que leva um/a jovem a procurar ou a criar grupos artísticos nas periferias brasileiras? Esta participação é uma forma de reivindicar suas existências? Dando continuidade, abordaremos as políticas culturais voltadas para a arte negra e a importância de instâncias de participação da sociedade civil como o Fórum de Performance Negra para incidir nas políticas culturais com intuito de que elas consigam abranger as heterogeneidades que perpassam as culturas negras.

De “Menino” A “Elemento”: a estigmatização das juventudes periféricas

De quais jovens estamos falando? Esta é a primeira questão que precisa ser respondida. Uma vez que as singularidades do termo juventude exigem que se atribuam especificações e recortes para ser possível compreender de qual questão específica pretende-se tratar. Atualmente fala-se em juventudes, agregando todas as demandas trazidas por esse grupo social, englobando questões de raça, gênero, classe, território e, sobretudo, acesso a políticas públicas.

A necessidade de pluralizar o conceito de juventude, portanto, advém da urgência de analisar as diferenças, as intersecções, as múltiplas formas de ser jovem enquanto sujeitos históricos e políticos. Para Novaes (2008), a condição juvenil e seus ritos de passagem são vivenciados de formas diferenciadas em função da origem social; dos níveis de renda; das disparidades socioeconômicas entre campo e cidade, ou entre regiões do mesmo país; das desigualdades de gênero, de preconceitos étnico-raciais.

Neste artigo, quando nos referirmos à juventude estaremos falando dos jovens negros e moradores de periferias. Jovens que têm poucas oportunidades de escolarização, de empregabilidade, de lazer, de acesso ao espaço público e despontam como as maiores vítimas da criminalidade no país, na qual o tráfico de armas e drogas é “matriz da

criminalidade mais apta a recrutar jovens vulneráveis e a se reproduzir” (SOARES, 2004, p. 6).

O Brasil é o quinto país que mais produz homicídio contra jovens em todo o mundo. Mais de 318 mil pessoas entre 15 e 29 anos foram assassinados entre 2005 e 2015. No que se refere aos assassinatos praticados por armas de fogo, em 2012, morreram proporcionalmente 285% mais jovens que não jovens. A grande maioria é do sexo masculino (95%) e negros – as armas de fogo vitimaram 10.638 brancos e 28.946 negros (WASELFIZ, 2016)⁵.

Mesmo sem guerra civil, o Brasil consegue vitimar, por arma de fogo, muito mais civis do que vários conflitos armados contemporâneos. E são os jovens que preponderam nessas estatísticas, como agentes ou vítimas, mas sempre como corpos suscetíveis à violência. As dinâmicas da criminalidade no Brasil são bastante complexas – e não nos propomos aqui a analisa-las em profundidade. Compactuamos, no entanto, com uma série de autores contemporâneos⁶ que defendem que os fenômenos da violência e da criminalidade no país não podem ser explicados pela pobreza.

O Brasil é o 10º país mais desigual do mundo e o quarto da América Latina, à frente apenas de Haiti, Colômbia e Paraguai. O percentual de desigualdade de renda no Brasil (37%) é superior à média da América Latina⁷. São as injustiças sociais oriundas da concentração de renda e dos elevados contrastes sociais que impulsionam as conflitualidades violentas, principalmente entre os jovens subalternizados. No entanto, o processo de estigmatização das populações pobres e negras – que se dá de diversas formas e por meio de diferentes instituições – contribui para o processo de criminalização da pobreza e, conseqüentemente, das populações pobres.

A violência física contra as classes pobres no Brasil responde à uma violência estrutural que baliza a sociedade brasileira. Compactuamos com Santos (2010) quando afirma que a violência estrutural está na base da produção das outras e constitui a

⁵ Disponível em: <https://nacoesunidas.org/unesco-mapa-da-violencia-revela-que-116-brasileiros-morrem-todos-os-dias-por-arma-de-fogo/>. Acesso em: 13 set. 2016.

⁶ Caldeira (2000); Chauí (2008); Lyra (2013); Rosa (2013); Soares (2004; 2008; 2013); Zaluar (2004).

⁷ V. Human Development Report. PNUD (2016). Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/RelatoriosDesenvolvimento/undp-br-2016-human-development-report-2017.pdf>. Acesso em 10 ago 2017.

violência central original, que resulta da presença e das manifestações conjuntas da globalização, onde a exclusão de acesso ao trabalho e à educação são fatores de grande relevância para o crescimento da criminalidade nas cidades latino-americanas.

A criminalização das populações pobres, em sua grande maioria negra, está também atrelada à violência simbólica que retira sua condição de existência, reduzindo-as à condição de subcidadãos (SOUZA, 2012). Um racismo estrutural que Fanon (2008) vai definir como a operação da violência simbólica e mola propulsora da engrenagem capitalista. O estigma, nessa perspectiva, é o reflexo da operação dos mecanismos políticos e ideológicos do colonialismo que hierarquizam os seres humanos e as diferentes culturas.

Neste cenário, a trajetória do ‘menino’ ao ‘elemento’ é uma linha tênue. Os corpos dos jovens moradores das periferias das grandes cidades carregam marcas sociais e históricas que definem suas (im)possibilidades. A suspeição policial, por exemplo, – para nos atermos a uma entre as tantas instituições sociais estigmatizadoras – reduz o direito à aparência destes jovens, o que está, também, diretamente ligado ao direito de existência no espaço público. Elementos do vestuário (bonés, colares, roupas de determinadas marcas) ou inscrições nos corpos (piercings, tatuagens, cortes de cabelo) que fazem parte da expressão da individuação desses jovens, seja individualmente, seja no coletivo, se tornam potentes elementos de suspeição e expõem os corpos a uma série de violências, entre elas a morte.

Como perfurar o registro do visível?

Há uma invisibilidade da possibilidade de potência das juventudes pobres e periféricas que é decorrente do estigma que lhes é introjetado. Mas, em sociedades voltadas para a manutenção de privilégios só é possível elaborar o caminho prescrito pelo próprio estigma? Como é possível perfurar o registro do visível que habita o mundo do privilégio? A perfuração do registro do visível é entendida aqui como ato de romper, rasgar, as tessituras da estigmatização que rotulam os corpos dos jovens subalternizados como corpos passíveis de violência e inviabilizam que suas narrativas reverberem. Perfurar o registro do visível pode ser, portanto, uma forma de libertar-se das “prisões mascaradas” (Rosa, 2013) que condicionam as sociabilidades dos jovens subalternizados.

Prisões mascaradas são formas de sociabilidade com que jovens pobres que vivem em áreas periféricas vivenciam os estigmas a eles atribuídos, pois independente de estarem vivendo em instituições totais sob a aplicação das medidas socioeducativas ou em espaços abertos, como em suas comunidades, ou até mesmo nos centros da cidade, é nítido que sofrem constantemente com a discriminação devido à sua condição social (ROSA, 2013, p. 49).

Na busca por narrativas que sejam escutadas para perfurar o registro do visível e sair do “não-lugar” histórico ao qual foram condicionados, os jovens definem estratégias que vão para além da dimensão da sobrevivência, pois buscam o rompimento com o processo de marginalização social para que sejam reconhecidos como sujeitos.

Para Soares (2004), muitos jovens – em sua maioria, do sexo masculino - se inserem ativamente nas dinâmicas da criminalidade numa tentativa de restaurar o déficit de sentido que vivem em seus cotidianos, seja por experiências de rejeição em casa, seja pelo abandono social do poder público. Ou, ao contrário, pela presença do poder público por meio de suas forças de segurança, que respondem a um modelo autoritário e segregador que reproduz violências e estigmas nas periferias das cidades.

Nesta busca por restaurar o déficit de sentido, no entanto, muitas vezes estes jovens acabam por reforçar suas “prisões mascaradas”. Ao invés de libertarem-se dos estigmas indo em direção a um reposicionamento do seu lugar social e da possibilidade de construir sociabilidades distantes das dinâmicas da violência, acabam por reforçarem a assunção do *ethos* guerreiro que potencializam o gerenciamento das relações a partir da violência e reforçam a visibilidade destes jovens pelo estigma que constituem suas identidades.

No entanto, muitos jovens moradores de periferias têm também buscado outros caminhos para perfurar o registro do visível e serem vistos pela possibilidade de potência. A criação e/ou associação a organizações, coletivos e grupos culturais é um exemplo disso. São os inúmeros “territórios de resistência e criatividade” (NOVAES, 2008) que se espalham Brasil a dentro. Espaços formais e informais de participação social e de construção de outros tecidos sociais e masculinidades fora das dinâmicas da criminalidade.

Grupos juvenis de cultura e a eufemização de conflitos sociais

Em resposta às práticas de extermínio das juventudes negras, muitas ações são desenvolvidas por grupos e movimentos políticos e culturais para romper com determinações fixadas e práticas de poder constituídas na sociedade. Essa forma de agir na militância política, nas expressões artísticas e culturais cria possibilidades de ultrapassar o que está preestabelecido, moldado, para investir no domínio de si, na sua autonomia para poder explorar todo o seu potencial.

Os homens e as mulheres, por meio da cultura, estipulam regras, convencionam valores e significações que possibilitam a comunicação dos indivíduos e dos grupos. Por meio da cultura eles podem se adaptar ao meio, mas também o adaptam a si mesmos e, mais do que isso, podem transformá-lo. (LINO, 2014, p.34)

Contudo, observa-se que a inserção da juventude negra no hall do empoderamento étnico racial tornou-se um grande desafio, já que a receptividade para discutir sobre políticas públicas é muito pequena comparada à demanda desse grupo social. Conforme destaca Nilma Lino (2014), a cultura ainda é a ferramenta mais poderosa para que comunidades inteiras possam se (re)erguer.

Nesse sentido, ressalta-se a atuação de grupos de cultura formados por jovens na faixa etária mais atingida pela violência urbana. Jovens que, sem condições estruturais, utilizam-se da cultura para ora, de forma inconsciente, ocupar o tempo – pela participação em projetos sociais comunitários, por exemplo – ora encontram na arte um caminho de (re)existência, à medida que por meio dela podem expressar seus anseios de mudança e, também, fugir dos sofrimentos diversos causados pela exclusão social.

Para abordar o conceito de cultura, vamos recorrer a Nestor Garcia Canclini (2015), que em “Diferentes, desiguais e desconectados”, disserta sobre quatro vertentes contemporâneas: a que vê a cultura como a instância em que cada grupo organiza sua identidade; a cultura vista como uma instância simbólica da produção e reprodução da sociedade; a cultura como uma instância de conformação do consenso e da hegemonia, ou seja, de configuração da cultura política e da legitimidade; e a cultura como dramatização eufemizada dos conflitos sociais.

Em tempos de globalização, a primeira vertente atende superficialmente à uma sociedade composta por identidades coletivas, onde, como o autor mesmo questiona, vê-se mais camisa que pele, ou seja, vê-se mais o externo ou uma tentativa de uniformizar

os processos que as identidades individuais em si. Já na segunda vertente, a cultura é vista como um lugar onde as coisas acontecem, assemelhando-se aqui cultura a processos sociais.

A terceira vertente perfaz uma visão mais uniforme da cultura, vista enquanto definidora de questões, onde se evidencia o que é mais latente. A quarta e última vertente, atende àquilo que se vê na existência de grupos juvenis de cultura. O uso da cultura como uma ferramenta de manifesto, porém com um abrandamento do discurso. Enquanto alguns jovens ainda não descobrem caminhos possíveis de sobrevivência, outros se estimulam a denunciar as mazelas sociais através do break, da moda, do pagode, do stiletto (dança de salto alto que exalta expressões do universo feminino), do rap ou até mesmo, da comunicação.

Muito comum entre os negros trazidos de países africanos para o Brasil, para fins de trabalho escravo, pode-se dizer que a capoeira e o candomblé já representavam a dramatização eufemizada dos conflitos sociais. Tratam-se de duas expressões culturais, que lançavam mão dos sofrimentos daquele povo, que via na cultura uma forma de reclamar, de expor, criando assim os seus códigos e formas de sobrevivência em meio ao caos.

Essa herança ficou para as juventudes periféricas, que encontram na cultura métodos de resistir e reinventar moldes, em outras palavras, perfurar o registro do visível. Para isso, Canclini (2015) sugere o entendimento de interculturalidade, já que não se trata só de uma resignificação e refuncionalização do tradicional a partir do moderno, mas da realocação das culturas antigas na complexa trama intercultural contemporânea.

No bojo dos conflitos sociais e da violência urbana, a existência de grupos juvenis de cultura revela que a sociedade não está quieta frente aos problemas. As formas de se manifestar ganharam nova roupagem. Em um mundo onde cada vez mais cedo se fala da inserção do jovem no mundo do trabalho, um mundo que não abarca a totalidade, muitos deles buscam formas alternativas de preencher o seu tempo.

Esse preenchimento do tempo livre, mexe com lacunas pessoais e faz com que se evidenciem ações contemporâneas, como os grupos que propiciaram a existência da Geração Tombamento, por exemplo, movimento formado por jovens, sobretudo negros e periféricos, que passou a fomentar o incômodo com os padrões de beleza estabelecidos e

passaram a criar eventos e fazer uso das redes sociais para expor o ideal jovem de beleza e autoestima. Sendo assim, muitos outros jovens passaram a ter nesse movimento referências para criações nas suas realidades individuais e coletivas.

Mas, o que leva um/a jovem a procurar ou a criar grupos artísticos nas periferias brasileiras? O que motiva a juventude negra periférica a se mobilizar? É preciso considerar três dimensões: a importância da oferta de oportunidades de mudança (através de políticas públicas); o incentivo do Estado; e o desejo pessoal que pode ser latente em qualquer ser humano. Vale ressaltar que o desejo de mudança não vem à toa e que neste artigo não iremos reforçar o ideal da meritocracia, que configura o predomínio daqueles que possuem mais méritos, reforçando a manutenção do sistema de privilégios que constitui a sociedade brasileira.

Aqui traz-se à tona a realidade de jovens que não conhecem/possuem referências em suas comunidades e oportunidades consistentes de mudança. Nesse sentido, o trabalho desempenhado por Organizações da Sociedade Civil possibilita algumas alternativas. Porém, o que tem acontecido é uma escassez desses projetos e uma desvalorização do Terceiro Setor. O Estado, que ocupa o lugar de principal legitimador das identidades, acaba também se desfazendo desse lugar.

Restam às organizações internacionais e grupos de direitos humanos intervirem nos processos de violação de direitos e garantia de espaços e oportunidades. Os jovens que possuem um despertar para a cultura enquanto ferramenta de ação e combate à exclusão social são motivados por seus anseios e desejos de mudança, mas, em muitos casos, por trás disso se evidencia uma rede que protege e ampara, por políticas públicas que garantem esse “despertar”.

Em termos de políticas públicas para as juventudes negras, podemos citar as Ações Afirmativas que, continuam a ser importante nos campos da etnicidade e do gênero, mas, segundo Canclini (2015), até mesmo neles se vê restrita se não formos capazes de estudar e inventar novos modos de afirmação da diversidade cultural frente à transnacionalização econômico – simbólica.

Fórum Nacional de Performance Negra: por uma política cultural afirmativa

As Ações Afirmativas são medidas determinadas pelo Estado em decorrência do debate travado com a sociedade civil organizada. Possuem o objetivo de diminuir o efeito das desigualdades acumuladas ao longo da história e garantir a igualdade de oportunidades e direitos, bem como de compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros. Assim, as políticas culturais têm que levar em conta na sua formulação e no momento de sua implementação a amplitude da diversidade cultural do país.

Como bem demonstra Fernando Conceição (2017), o debate sobre políticas afirmativas no país só ganha corpo nos anos de 1996, ainda que com grande resistência da elite e voltado exclusivamente para a área educacional. Portanto, se as políticas culturais são muito recentes no país, como bem afirma Rubim (2006), as ações políticas estruturantes voltadas para a cultura afro-brasileira são quase inexistentes, com ressalva à criação da Fundação Cultural Palmares, com a Constituição de 1988, vinculada ao Ministério da Cultura (MinC), mas que possui o menor orçamento do MinC.

Nesse sentido, Jocélio Teles (2005) questiona de que modo a cultura de origem negra atravessa a política em diferentes governos e com projetos específicos, o que é mais desafiante, posto que não foram construídos pelas mesmas elites. Afirmar ainda que havia projetos, sim, porém não uma política cultural que abarcasse a dimensão da importância da cultura negra para a diversidade da cultura brasileira.

À luz do que indagou Carlos Mota (2008) sobre o conteúdo inerente a expressão “cultura brasileira”, largamente utilizada pelos intelectuais a partir da década de 1930, pode-se questionar como é possível construir uma noção de identidade cultural ou, para sermos mais específicos, uma política cultural verdadeiramente democrática e que represente a diversidade da cultura nacional sem incluir a cultura negra. Grande parte dessa questão, segundo o autor, tem relação intrínseca com o que chamou de “historiografia cortesã”. Uma historiografia altamente elitizante, nas mãos de uma minoria e servindo ou justificando os desmandos de oligarquia nacional.

Com a ampliação da definição do termo cultura, iniciada no pós-guerra e incorporada às políticas públicas do Brasil nos últimos anos, foi possível a emergência de movimentos culturais reivindicatórios de uma política cultural mais inclusiva e que

represente a diversidade do país. O Fórum Nacional de Performance Negra⁸ é um exemplo disso.

O Fórum nasce em 2005, tendo sido realizado até o momento quatro edições, a última em 2015 com o objetivo de discutir e encaminhar propostas sobre políticas culturais para as artes negras. O evento é organizado e promovido por artistas, intelectuais e profissionais ligados às artes negras. Ao final de cada edição, foi elaborado um documento com todas as demandas elencadas durante as discussões e encaminhados aos gestores governamentais.

A redemocratização trouxe o princípio da heterogeneidade cultural como marco fundamental na preservação da cultura brasileira. Todas as matrizes culturais têm, portanto, o mesmo valor. Essas determinações, presentes na Constituição de 1988, por si só não garantiram aos artistas e agentes da cultura afro-brasileira o mesmo acesso aos mecanismos de financiamento e preservação cultural. Isso porque a cultura afro-brasileira em quase sua totalidade é classificada como cultura popular e sempre teve menor prestígio em detrimento à cultura hegemônica, branca. Nesse sentido, Chauí busca uma solução na tentativa de identificar o que de fato seria essa tal de cultura popular, ao dizer que:

seria interessante indagar por que ‘cultura do povo’ em lugar de ‘cultura popular’. Acredito que a escolha da primeira expressão visa a nos desvencilhar da ambiguidade presente no termo ‘popular’. Considerar uma cultura como sendo do povo permite assinalar que ela não pertence simplesmente ao povo, mas que é produzida por ele, enquanto a noção de ‘popular’ é suficientemente ambígua para levar à suposição de que representações, normas, atos encontrados entre as classes dominantes são *ipso facto* do povo. (CHAUÍ, 2007, p. 53, grifo do autor)

É preciso reconhecer que existe uma distância entre o que diz a norma e o que é vivido, entre a injunção e a prática, entre o sentido visado e o sentido produzido. É no intervalo entre esses dois pontos que podem existir reformulações e/ou deturpações. Essa

⁸ O Fórum Nacional de Performance Negra é um movimento político criado pelo Bando de Teatro Olodum (Bahia) e a Cia. dos Comuns (Rio de Janeiro) no ano de 2005 tendo como principal objetivo discutir e propor políticas culturais para a performance negra. Desde então foram realizadas quatro edições, todas em Salvador, no Teatro Vila Velha. A programação conta sempre com mesas de debate formadas por gestores públicos, artistas, pesquisadores e ativistas da causa negra. Ao final de cada edição do Fórum é elaborado e encaminhado aos órgãos públicos de cultura uma relação com as demandas discutidas e aprovadas. Vale ressaltar que o Fórum é uma organização de grupos culturais da sociedade civil e, portanto, não possui poder deliberativo frente às instâncias governamentais. Por outro lado, desempenha o papel de resistência e ativismo ao mesmo tempo que disputa políticas culturais para o segmento.

cultura bifurcada identificada pela autora e que, de alguma forma, hierarquiza a cultura da elite e a cultura do povo, colocando a primeira em lugar de superioridade em comparação com a segunda, acaba por colaborar com a autora quando cita Benjamin ao dizer que:

“[...] o documento da cultura é também documento de barbárie seja porque a cultura dominante se realiza através da violência exercida sobre aqueles que a tornam possível, seja porque a cultura do dominado fica exposta à barbárie do dominante, seja enfim, porque a cultura dos dominados exprime a barbárie em que vivem (CHAUI, op. cit, 1981, p. 54).

Nesse sentido, a disputa política exercida pelo Fórum é legítima e ao mesmo tempo serve para denunciar uma omissão histórica do Estado brasileiro com a arte negra. Como os termos cultura e política são indissociáveis, coube a esse movimento cultural disputar simbolicamente o que Chauí (2007) chamou de cidadania cultural. Mesmo recentemente, nos últimos quinze anos, em que houve um aumento significativo de recursos financeiros para a cultura, nota-se claramente um tímido investimento para a cultura negra. Para a autora, é no contexto de luta e resistência que será possível introduzir a cidadania cultural.

A formulação de políticas culturais não se assenta exclusivamente sobre os deveres do Estado. Ela pode ser feita em conjunto com a sociedade civil ou mesmo a partir de interesses de organizações privadas. Ou ainda através das reivindicações exercidas pelos movimentos políticos culturais que buscam pautar uma agenda de políticas afirmativas. O Estado, portanto, não pode ser encarado como o único promotor dos conhecimentos daquilo que é interessante ou não como prioritário nas políticas culturais. Aqui não se trata de uma defesa do individualismo ou da livre iniciativa dos indivíduos. Pelo contrário, é a partir da organização dos movimentos sociais e das pautas por estes elencadas que ocorrerá uma política cultural realmente democrática.

Como bem afirma Chauí (2007) se o Estado não é produtor da cultura, o que cabe? Para ela, o Estado tem que assegurar a cultura como um direito do cidadão, ou seja, assegurar o direito de acesso às obras culturais, assim como o direito de fruí-las, o direito de criar as obras e o direito de participar das decisões culturais. Isso fica claro quando o Fórum Nacional de Performance Negra propõe na sua quarta edição ocorrida em 2015 uma campanha intitulada “Cultura Sem Racismo” que tem como meta

um comprometimento profundo com as políticas de ação afirmativa por parte do poder público, de modo a instituir de modo transversal em todas as leis de fomento à cultura e as artes no país, sobretudo no Projeto de Lei n. 6722/2010 (Procultura) e no Plano Nacional das Artes, que no mínimo 20% dos recursos públicos em todos os editais para a cultura e as artes no Brasil sejam destinados para a cultura e as artes negras, sem prejuízo da continuidade e incremento de editais específicos para a cultura e artes negras. (FÓRUM NACIONAL DE PERFORMANCE NEGRA, ANO IV)

Vale ressaltar que, embora o objetivo do evento fosse à criação de políticas culturais afirmativas para o segmento, a discussão de cunho estético estava intrinsecamente presente. Pode-se notar que as discussões do Fórum Nacional de Performance Negra estavam voltadas, também, para debater entre os participantes o que seria a linguagem de uma performance negra, com foco bastante acentuado nas artes cênicas. As discussões superaram e problematizaram a ideia recorrente, até a década de 1940, de que:

[...] o negro no teatro brasileiro, mesmo quando em personagens de destaque, quase sempre foi retratado por meio de certas caricaturas ou estereótipos herdados do período da escravidão. Entre o final do século XIX e começo XX, as personagens negras aparecem muitas vezes representadas em figuras dramáticas femininas como a mulata bela e sensual (reboladeira e carnal, pernóstica ou faceira) [...], a baiana macumbeira (em especial a vendedora de quitandas, vestida com saia rodada, bata de renda, turbante, pano-da-costa, colares e balangandãs) [...]; em personagens masculinos, como o negrinho espertalhão (agregado da casa-grande), o bobalhão (pouco inteligente; estúpido, ignorante, imbecil). (MOURA, 2008, p. 8).

As questões acima mencionadas nos levam a seguinte questão: onde se assenta a especificidade de um teatro ou uma dança negra nesse contexto? Sem dúvida o elemento identitário é definidor para se pensar o caráter étnico expresso nas artes cênicas. A articulação social da identidade constitui uma negociação complexa pelo fato de envolver aspectos que não se manifestam simplesmente na questão das minorias em si, mas em uma combinação de formulações que são inscritas numa relação entre a força, às estratégias de poder e a capacidade humana que não são homólogas.

Nesse sentido a negritude – inscrita no corpo e na pele – se converte em uma inscrição performática. O corpo do artista negro se insere na obra crivado de reminiscências de memória, ligadas ao saber e à identidade. É um corpo polifônico, que

fala nos movimentos e gestos. Esse corpo diaspórico pode resgatar o atlântico negro ou ressignificar as experiências vividas no continente americano. Essa reminiscência da memória mencionada ancora-se nos ritos religiosos afro-brasileiros, pois "quando falamos em teatro ou cultura negra, a primeira referência é religiosa, porque ela é à base de tudo" (NASCIMENTO, 2005, p.27).

No que se refere especificamente às juventudes negras e periféricas, podemos perceber na arte negra uma possibilidade de construir novas narrativas – aqui entendidas como performances, como formas de agir no mundo - uma vez que esses corpos conscientes de suas memórias passam a buscar uma perfuração do registro do visível por meio de outras marcas sociais, que não mais aquelas que estigmatizam os corpos e as subjetividades destes jovens muitas vezes reduzidos a “elementos suspeitos”.

Obviamente que as produções artísticas negras acabam refletindo uma dimensão sócio racial que perpassa a exclusão e a violência física e simbólica que população negra continua a ser submetida. Mas, é para além do debate estritamente estético e performático que o Fórum se afirma como um movimento de ativismo e resistência. Apesar da redemocratização apontar para ações mais inclusivas no campo da cultura, como afirma Teles (2005), é notório, por parte do Estado, uma visão reducionista da cultura negra como apenas ao aspecto do patrimônio. À cultura negra foi relegado um lugar desprivilegiado na formatação das políticas de Estado, portanto, em ações mais estruturantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, percebemos alguns caminhos possíveis: o ativismo enquanto ferramenta de combate às opressões; a resistência como um motivo para permanecer mobilizado/a, justificada pela noção de pertencimento vinculada à ancestralidade e o estigma enquanto sombra que dificulta esses enfrentamentos. O artigo levanta tensões, mas também aponta algumas pistas.

O ativismo é apontado como ferramenta de combate, tendo em vista a criação e manutenção de espaços de debate e organização em redes. Há, muitas vezes, uma mediação do Estado e das organizações da sociedade civil nas sociabilidades juvenis, porém a associação aos grupos culturais que se dá também pelos desejos individuais,

pelas subjetividades e percepções destes jovens que são sujeitos sociais, históricos e políticos capazes de tomar suas próprias decisões.

Apesar das pistas, as inquietações permanecem: em que medida a atuação em coletivo possibilita uma maior consciência da condição de subalternidade e garante maior capilaridade e potência às ações coletivas? Seria o ativismo cultural e a militância política, portanto, um caminho para perfurar o registro do visível? Qual o alcance e os limites dos fóruns ligados aos movimentos culturais negros enquanto instâncias legítimas de participação? Nota-se aqui que estes espaços garantem, pelo viés da resistência, a permanência do debate, ainda que o momento seja de incerteza e desânimo.

A percepção do estigma enquanto sombra reflete a existência de motivos que rondam jovens, sobretudo os negros, a serem vítimas da exclusão social e do racismo institucional. Mas, ainda que exista a sombra, os jovens se organizam e criam estratégias de resistência e (re)existência que perpassam um reconhecimento de suas memórias e histórias, o que está diretamente relacionado a dimensão étnico-racial e a ancestralidade.

O Fórum de Performance Negra então aparece como uma “luz no fim do túnel” para denunciar a omissão histórica do Estado brasileiro com a arte negra, bem como para apontar que a participação de jovens negros em grupos culturais de teatro, dança, entre outros é uma forma de a negritude – inscrita no corpo e na pele – se converter em uma inscrição performática. Uma reivindicação, portanto, de outros lugares sociais, da visibilidade das histórias, memórias e potências e não mais apenas do estigma.

REFERÊNCIAS

CALDEIRA, T. **Cidade de Muros**: Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

CANCLINI, N. G. **Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015

CHAUÍ, M. Cultura e democracia. In: **Crítica y Emancipación**, (1): 53-76, junho 2008.

_____. **Cultura e Democracia**. 12. ed., São Paulo: Cortez, 2007.

CONCEIÇÃO, Fernando. O Negro na Academia brasileira: o sujeito insurgente. In: _____; JESUS, Danila; MARQUES, M. Margarida. **Racistas são os outros**. Salvador: Afirme-se, 2017, p. 18-34.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução: Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FÓRUM NACIONAL DE PERFORMANCE NEGRA – Ano IV. (*não publicado*).

GOMES, N. L. **Educação, identidade negra e formação de professores/as**: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022003000100012&script=sci_arttext>. Publicado em junho de 2003.> Acesso em: 15 fev. 2014.

NOVAES, R. **Juventude, juventudes**. Jovens das “classes C, D e E” frente aos dilemas de sua geração. Subsídios para o Seminário Juventude e Teledramaturgia. Rio de Janeiro: Edital FICTV/Mais Cultura, 2008.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da Cultura Brasileira (1933 – 1974)**. 3. ed., São Paulo: Editora 34, 2008.

MOURA, Christian Fernando dos Santos. **O Teatro Experimental do Negro** – Estudo da personagem negra em duas peças encenadas. 182 f. Dissertação (Mestrado em Artes Cênicas) – Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista – UNESP, São Paulo, 2008. Orientador: Prof. Dr. Reynuncio Napoleão de Lima.

ROSA, P. O. **Juventude criminalizada**. Insular: Florianópolis, 2013.

RUBIM, Antônio Albino Canelas (2006). **Políticas culturais entre o possível e o impossível**. Texto apresentado no II Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador.

SANTOS, J. T. **O poder da cultura e a cultura no poder**: a disputa simbólica da herança cultural negra no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2005. 264 p.

SANTOS, M. (2000). **Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal**. Rio de Janeiro, RJ: Record.

SOARES, L.E.; GUINDANI, M. **A violência do Estado e da Sociedade no Brasil contemporâneo**. Nueva Sociedad, 2008.

SOUZA, J. **A construção social da subcidadania** – por uma Sociologia Política da Modernidade Periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

WASELFISZ, J.J. **Mapa da Violência 2014**: Homicídios e Juventude no Brasil. Rio de Janeiro. 2014. Disponível em: <<http://mapadaviolencia.org.br>>. Acesso em 20 mar. 2016.

ZALUAR, A. **Integração perversa**: pobreza e tráfico de drogas. Editora FGV. Rio de Janeiro, 2004.